



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ofício Circular nº 51/2015

Novo Hamburgo, 1º de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**Renan Calheiros**  
Presidente Senado Federal  
Praça dos Três Poderes  
Brasília DF  
70165-900

Junte-se ao processado do  
PEC  
63 de 2015.

Em 09/03/16

*Horlino José*

Senado Federal  
À Comissão de Constituição e  
Justiça e Cidadania

**Assunto: Encaminhamento da Moção nº 32/2015**

Senhor Presidente:

Encaminhamos a Vossa Excelência cópia da Moção nº 32/2015, manifestando apelo ao Governo Federal para estabelecer regras asseguradas do pagamento do piso salarial nacional do magistério pelos Municípios, aprovada na Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2015.

Respeitosamente,

*Vilmar Emilio Heming*

VILMAR EMILIO HEMING

Presidente

Recebido em 11/03/16  
Hora: 9:35  
*Caroline*  
Caroline A. Ribeiro - Matr. 212092  
CCJ-SF

/mbg



# CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## MOÇÃO Nº 32/2015

Manifesta apelo ao Governo Federal para estabelecer regras asseguradas do pagamento do piso salarial nacional do magistério pelos Municípios.

O Vereador que este subscreve:

Tendo em vista que o Piso Nacional de Valorização do Magistério Público determinou que, do total que cada estado recebe do Fundeb, 60% deve ser gasto com a remuneração de pessoal ativo e os outros 40% em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

Tendo em vista que, com a inflação crescendo mais que o piso nacional e o próprio Fundeb, a média nacional de gasto com pessoal está em 77% do Fundeb. Desse modo, as ações de manutenção e desenvolvimento do ensino acabam ficando defasadas.

Considerando que, de acordo com o senador Cristóvam Buarque, autor do projeto, a previsão é que em mais quatro a cinco anos todos os recursos do Fundeb sejam suficientes somente para o pagamento de pessoal.

Tendo em vista que o projeto prevê que o Governo Federal complemente com os recursos necessários tudo que ultrapassar os 60% previstos na lei para gastos com pessoal.

ISSO POSTO,

REQUER:

À Mesa, após os trâmites regimentais, sirva-se enviar cópia da presente Moção ao Exmo. Presidente do Senado Federal, Exmo. Presidente da Câmara dos Deputados, Gabinete do Senador Cristóvam Buarque, Ministério da Educação e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Novo Hamburgo, 16 de novembro de 2015.

  
Vereador Issur Koch

Obs.: Redação conforme original do autor.  
/AS

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 08 de março de 2016.

Senhor Vilmar Emílio Heming, Presidente da Câmara  
Municipal de Novo Hamburgo – RS,

Em atenção ao Ofício Circular nº 51/2015, de Vossa Excelência, encaminhado a esta Secretaria-Geral pela Presidência do Senado, informo que a referida manifestação foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal para ser juntada ao processado da PEC nº 63, de 2015, que *“Acrésceta parágrafo ao art. 60 do ADCT da Constituição da República Federativa do Brasil para estabelecer regras asseguradas do pagamento do piso salarial nacional do magistério pelos Municípios.”*, que se encontra atualmente naquele órgão.

Atenciosamente,



Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa

---